

PRR tem 1250 milhões para habitação

O Plano de Recuperação e Resiliência, agora em discussão pública, tem 1250 milhões de euros para serem executados em seis anos no âmbito do Programa 1.º Direito. “É importante que o país se mobilize, porque há necessidade de sermos capazes de o executar na totalidade”, de acordo com o ministro das Infraestruturas, Pedro Nuno Santos. Os municípios que forem mais eficazes na execução serão beneficiados no apoio a fundo perdido.

Alterado regime de proteção de invalidez e velhice

Foi aprovado o decreto-lei que altera o regime de proteção nas eventualidades de invalidez e velhice dos beneficiários do regime geral de segurança social. O diploma integra um conjunto de regras que permitirá uma maior rapidez de atuação da Segurança Social no pagamento de pensões, concretizando o projeto Simplex “Pensão na Hora”, e protegendo os beneficiários de prestações sociais.

**JORGE LOPES**

Coordenador da Licenciatura em
Relações Empresariais,
ISAG - European Business School

À MEMÓRIA DO PROFESSOR CRAVO VENTURA

Os professores no século XXI: os desafios da sobrevivência

O papel desempenhado pelos docentes nesta era dominada pelas inovações tecnológicas e pela predominância dos universos virtuais tem sido posta em causa de forma cada vez mais insistente. Não têm faltado as vozes (algumas certamente credíveis) a decretar com alarmante certeza e implacável convicção a “morte” do professor, pelo menos no âmbito dos atuais modelos de ensino/aprendizagem.

Na realidade, a classe profissional dos professores é frequentemente criticada e posta em causa devido a um conjunto diversificado de razões, que se centram sobretudo nas questões relacionadas com as reivindicações laborais, que ocupam o espaço mediático de uma forma omnipresente e desgastante. Por outro lado, a figura do docente começa a ser considerada como uma espécie de anacronismo face à realidade atual, caracterizada pela dependência dos alunos em relação aos dispositivos eletrónicos. Já muitos receberam o célebre email que compara a evolução de vários produtos e serviços ao longo dos séculos, mas que persiste em manter a configuração da sala de aula, onde um docente transmite conhecimento para uma audiência sentada em cadeiras dispostas em formatos variados. A mensagem, neste caso, é clara: vários séculos de evolução, o mundo vai mudando a uma velocidade vertiginosa, mas as aulas continuam semelhantes ao passado...

Noutro contexto, é igualmente frequente ouvirmos registos discursivos que insistem em denegrir a atividade docente, desvalorizando o papel dos professores na formação humana e pedagógica dos alunos. Confesso que nunca compreendi o que poderá motivar e justificar estes discursos, até porque me recuso a acreditar que alguém não possua recordações e memórias positivas acerca de um docente do passado. No meu caso particular, para além dos casos pontuais (que obviamente

existem) de docentes incompetentes ou sem perfil para esta função, recordo com saudade e gratidão os docentes que me marcaram, que souberam passar o seu conhecimento de uma forma consistente e inspiradora, que me deram conselhos úteis e pertinentes, enfim, que contribuíram de forma inesquecível para a minha formação como pessoa.

Sobre esta matéria, importa, desde já, abordar o papel do professor enquanto intermediário no processo de transmissão de conhecimento. Sendo certo que, hoje em dia, qualquer aluno consegue aceder a um conjunto interminável (mas não filtrado...) de informação através (por exemplo) da internet, esse fator não deverá servir como argumento para justificar a extinção do docente enquanto entidade física, como alguns já propuseram, até porque, na esmagadora maioria dos casos, o aluno não sabe como recolher, selecionar, interpretar e aplicar essa vastidão imensa de conhecimento. Por outro lado, também não podemos ignorar a presença obsessiva desses equipamentos eletrónicos na vida dos jovens de hoje, até porque se trata de uma batalha perdida. O mais sensato é aceitar essa realidade e tentar incluir esses dispositivos nos processos de ensino-aprendizagem, para que os alunos compreendam que o telemóvel ou o tablet também podem assumir uma função educativa e pedagógica, para além do elemento-lazer que tem caracterizado essa utilização.

Ser docente, nos dias de hoje, apresenta inúmeros obstáculos e propõe diversos desafios que terão de ser enfrentados com estratégias inovadoras e adequadas aos contextos vigentes. É absolutamente necessário que o docente se adapte às novas coordenadas que estruturam o mundo de hoje, sobretudo no que concerne ao “modus vivendi” da juventude atual, habituada ao facilitismo, à velocidade e à cultura do instantâneo. Como é possível apelar à beleza dos livros e da leitura a alunos que se

irritam e reagem com agressividade porque a internet está a demorar alguns segundos a disponibilizar a informação? O mundo do ensino e da cultura tem de aprender a viver com esta realidade: o Museu do Louvre, por exemplo, já disponibiliza consolas para os mais jovens acompanharem as visitas, tentando assim cativar um público que tem demonstrado alguma resistência a este tipo de atividades. Por outro lado, a situação atual do ensino, que está a ser duramente posta à prova pela pandemia, implica uma reconfiguração das nossas coordenadas pedagógicas, que passam a ser condicionadas pela realidade do ensino online.

Há alguns anos, ao tomar conhecimento da morte de um professor que tive na Universidade, fui tomado de uma imensa comoção. O Professor Carlos Ventura, que lecionou Cultura Inglesa no 2º ano do meu curso, reunia as características essenciais que definem um bom docente: erudição, competência, originalidade, humanidade. No entanto, a minha reação emotiva não se deveu a estes motivos... O que recordei de imediato foi uma longa conversa que mantive com o meu professor numa longínqua tarde de junho de 1984. Nessa altura, debatia-me com algumas dúvidas relativamente ao meu futuro académico e profissional (o curso aproximava-se do fim) e, perante as minhas hesitações, o meu professor teve a paciência e a amabilidade de me escutar com toda a atenção, de conversar com calma e ponderação e, sobretudo, de me aconselhar em relação aos passos a dar nesse momento tão incerto.

Este será, seguramente, o argumento definitivo e decisivo para contrariar as vozes que anunciam a inutilidade prática dos professores: a tecnologia vai continuar a sua evolução inexorável, mas a presença humana do professor é literalmente insubstituível. Nenhuma máquina, por mais perfeita que



O mais sensato é aceitar essa realidade e tentar incluir esses dispositivos nos processos de ensino-aprendizagem, para que os alunos compreendam que o telemóvel ou o tablet também podem assumir uma função educativa e pedagógica



pudesse ser, teria sido capaz de me dar um conselho tão útil e precioso como aquele que me foi transmitido nessa tarde inesquecível. Nestes cenários de ameaça e dúvida permanentes acerca da validade da nossa profissão, o docente terá necessariamente de reformatar o seu perfil de competências e saberes e de se reinventar: terá de repensar a sua atividade, de antecipar as necessidades e comportamentos dos alunos de hoje e de conceber e operacionalizar metodologias e práticas de ensino inovadoras, consistentes e compatíveis com as gerações atuais.

**JOANA WHYTE**

Advogada Associada
da Next-Gali
Macedo e Associados

**PEDRO CATÃO PINHEIRO**

Coordenador do Departamento
de Imigração da NEXT GALI
MACEDO & Associados,
Sociedade de Advogados, SP, RL

Alterações ao regime dos Vistos Gold, ainda bem que se fez luz!

Na passada sexta-feira, 12 de fevereiro, foi finalmente publicado em Diário da República o Decreto-Lei n.º 14/2021, de 12 de fevereiro, que altera a Lei 23/2007, de 4 de julho, ou seja, o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional. O Governo, a oposição, a comunicação social e o público em geral especularam ao longo de vários meses sobre as anunciadas alterações ao regime dos Vistos Gold. Houve até quem anunciasse o seu fim. A expectativa era muita, mas, no final, ainda bem que se fez luz! O programa dos Vistos Gold é um sucesso

que muito deveria orgulhar o nosso país, dado que desde 2012 já foram captados €5 672 107 919,65 de investimento em Portugal. A este valor é necessário acrescentar os postos de trabalho que foram criados. Assim, em nossa opinião, aquilo que o Governo e o país deveriam debater neste momento, especialmente tendo em conta a fase que o país atravessa, é saber como podemos atrair mais investimento para Portugal e como este regime poderia ajudar a alavancar a economia nacional. Contrariamente ao que muitos davam como certo, a possibilidade de obtenção de um Visto Gold através de investimento imobiliário nas cidades de Lisboa e do

Porto não foi eliminada, pelo contrário, continua a ser elegível para Autorização de Residência por Investimento e, na verdade, nem os valores mínimos de investimento foram alterados.

A única mudança no que respeita ao investimento imobiliário prende-se com a finalidade dada ao imóvel. Assim, desde que o imóvel seja destinado a serviços, e.g. escritórios, comércio, restauração, hotelaria, e até mesmo o alojamento local, não há qualquer restrição ou impedimento ao investimento em qualquer zona do país. Claro é que a exclusão se aplica apenas à aquisição de bens imóveis para habitação (permanente ou secundária). Contudo, não

há qualquer impedimento caso o imóvel seja adquirido para habitação nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira ou no interior de Portugal Continental. Muito foi dito sobre o impacto dos Vistos Gold no preço da habitação nas grandes cidades. No preâmbulo do Decreto-Lei, o Governo afirma que com a adoção destas regras visa corrigir assimetrias regionais e promover o equilíbrio e a qualidade da habitação em todo o território, e entende que a mesma é uma política chave para o bem-estar da população e o dinamismo demográfico.

(Este artigo continua na edição online em www.vidaeconomica.pt)